

Belém / PA

17/08/84

Lucio Flavio Pinto

4468

Bomba ecológica

POVOS INDIGENAS
 NO BRASIL / CEDI
 DOCUMENTAÇÃO
 COD. D52 DATA 26 11 85

34

Os estudos de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico de Tucuruí, editados em dezembro de 1974 pela Eletronorte, previam a limpeza de 43.200 hectares de área dentro do reservatório, que na época era calculado em 163 mil hectares. Assim, o desmatamento deveria atingir 27% da área do reservatório.

Um ano depois, o projeto básico de Tucuruí estabelecia a limpeza de 120 mil hectares, uma área quase três vezes superior à inicialmente estabelecida. Como o reservatório havia sido ampliado para 216 mil hectares, a área a ser desmatada abrangeria 55% do total.

Hoje, o reservatório está com 243 mil hectares (uma dimensão ainda imprecisa) e a Eletronorte diz que vai desmatar 37 mil hectares, embora no começo se referisse apenas a 10 mil. Trata-se de uma faixa próxima à barragem, que representa apenas 15% do reservatório.

As razões dessa decisão a Eletronorte já apresentou: se tivesse que fazer a limpeza geral da floresta existente no reservatório, haveria uma rebrota muito rápida e logo a massa vegetal seria maior do que a anterior, exigindo um dispendioso esforço de controle. Mas sempre fica a dúvida: por que então, nos documentos básicos para a definição da construção da usina, se exigiu primeiro a limpeza de 27% e, em seguida, de 55% de todo o reservatório?

Pode-se argumentar que, depois desses estudos iniciais, o Inpa realizou pesquisas específicas que levaram a Eletronorte a decidir desmatar apenas uma pequena faixa de proteção direta à represa. As novas pesquisas, de caráter específico, seriam muito mais sólidas do que as genéricas informações do estudo básico.

Este argumento, porém, esbarra em outra dúvida: por que, em maio de 1982, a Eletronorte ainda estava pensando em usar desfolhantes químicos para remover a cobertura vegetal da área do reservatório? No dia 3 de maio daquele ano, o Secretário do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, registrou, em carta dirigida a Henrique Bergamim Filho (na época diretor do Inpa) ter sido procurado, em Brasília, por dirigentes da Eletronorte, CNPq e Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal (do Ministério da Agricultura), que "vieram discutir a realização de pesquisas no Inpa visando o uso de desfolhantes na floresta amazônica".

O objetivo dessas pesquisas era "matar as árvores e impedir a sua brotação, para evitar que a decomposição das folhas e dos caules tenros cause problemas à represa e ao rio Tocantins, a jusante". Paulo Nogueira achava que, por trás de todas as explicações dadas pelos interessados, "o que de fato se pretende é solicitar ao Inpa uma

pesquisa sobre a melhor e mais eficiente maneira de destruir a floresta amazônica".

Embora a princípio o método obtido através dessa pesquisa fosse aplicado apenas no reservatório de Tucuruí, depois, "inevitavelmente", admitia o secretário da Sema, se estenderia a toda a Amazônia. "Inventada essa "bomba atômica" ninguém mais a desinventará nem controlará sua proliferação". Por isso, Nogueira Neto, referindo-se a "essa pesquisa louca", disse que preferia "voltar para casa (sem contudo abandonar a luta) do que dar o meu aval a uma pesquisa que objetiva, volto a afirmar, saber qual a melhor maneira de acabar com a floresta amazônica".

O registro por escrito do secretário da Sema e os termos quase patéticos da sua carta estancaram a idéia. No entanto, deve-se observar que a proposta foi apresentada à Secretaria do Meio Ambiente apenas 18 meses antes da data então prevista para o início do enchimento da represa. O próprio Nogueira Neto lamentou "o fato de que recorram à Sema na undécima hora". Queriam um aval para a loucura — conforme a expressão do secretário — que pretendiam executar. Ela só não se consumou por causa da firmeza de Nogueira Neto. Se dependesse da Eletronorte (e provavelmente do Inpa também, o que dá uma medida mais exata da loucura), o reservatório de Tucuruí teria sido "limpo" com desfolhantes. E a rebrota também seria controlada com produtos químicos.

Se isso tivesse ocorrido, equivaleria a entregar ao governo uma autêntica bomba, como escreveu Nogueira Neto: "Francamente, o nosso presidente João Figueiredo não merece de nenhuma maneira receber essa "bomba", são suas palavras. O dr. Nogueira Neto não é um ignorante, emocional ou tem ouvidos de mercador. É a maior autoridade institucional em meio ambiente do país.

Esta história mostra definitivamente que a Eletronorte, se pudesse, teria feito a limpeza do reservatório e o controle da rebrota com desfolhantes químicos. O grau de risco dessa decisão é enorme, assustador. Se a empresa estava decidida a assumilo, certamente o fazia porque o risco alternativo — a manutenção da massa vegetal na área a ser inundada — era maior ainda. A dedução é meridiana, um óbvio quase ululante, como diria o saudoso Nelson Rodrigues, a melhor pessoa para escrever sobre esta tragicomédia. No entanto, logo depois, com base nas pesquisas do Inpa, a Eletronorte diz que não apenas não é necessário desmatar, como é melhor não desmatar.

É o que se pode esperar de quem planeja bombas.